

A SITUAÇÃO DA “COLEÇÃO MAGIA NEGRA” E O CENÁRIO DOS PROCESSOS DE RESTITUIÇÃO DE OBJETOS

Luiz Gustavo Alves
Mestrando em História
Universidade Federal Fluminense
lg.gaalves@gmail.com

Introdução

Este artigo é fruto dos primeiros passos da pesquisa de mestrado, e se dá a partir de uma etnografia do processo de restituição de objetos da Umbanda e do Candomblé apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro no início da República. Ressalto de antemão a necessidade de analisar sua relevância para a atual conjuntura: Vale dedicar-se às discussões acerca das apreensões de objetos do sagrado afroreligioso percebendo-as como fundamentais para se entender a intolerância religiosa, as persistências do racismo, além de enfatizar as controvérsias dos processos de musealização. O tema da pesquisa reside em estudar como a Polícia Civil mantém objetos sagrados em seu domínio museal, ressignificando-os como provas de crime. Outro objetivo é analisar o atual cenário de restituições de objetos africanos envolvendo países europeus e seus museus coloniais - dentre diversos casos, escolhi a negociação entre Benin e França -, no qual seja possível relacionar as metáforas coloniais persistentes, seja no caso do Museu da Polícia Civil ou no caso beninense.

Para analisar a repressão orquestrada pela Polícia Civil devemos nos atentar que as batidas policiais já ocorriam desde o período imperial. Há uma continuidade entre as ações da Polícia da Corte no século XIX e as ações da Polícia Civil no início do século XX. Tais apreensões culminaram, respectivamente, na *Coleção Polícia da Corte*, antes sediada no Museu Nacional na exposição “Kumbukumbu: África, Memória e Patrimônio”¹ até seu incêndio em Setembro de 2018, e na *Coleção Magia Negra*² no Museu da Polícia Civil.

¹ Disponível em: <http://museunacional.ufrj.br/destaques/africa>

Os registros das expressões religiosas afro-brasileiras datam desde meados do século XVII, sendo enquadradas como crime a partir das Ordenações Filipinas, código vigente em Portugal, mesmo com o fim da União Ibérica durante o período colonial. No Império havia a liberdade de culto enquanto direito positivado, outorgada na primeira Constituição, em 1824, por Dom Pedro I. É nela, ainda que o Catolicismo fosse, nomeadamente, a religião oficial do Estado brasileiro, que surge a primeira sugestão quanto as outras religiões: desde que se respeitasse a religião do Estado e a crença fosse professada em local privado, ninguém poderia ser perseguido por razões que envolviam a religião em questão. Vale ressaltar que essa liberdade religiosa é construída a partir das divergências do Império com a Igreja, somado a força de elites de protestantes ingleses (ORO, 2005).

Ainda que a liberdade religiosa estivesse legalmente estabelecida, a prática se dava de maneira distinta no que se refere às expressões religiosas africanas e afro-brasileiras, havia outros procedimentos para que a punição a estas expressões pudesse ser exercida³. Segundo Reis (2008), os “batuques africanos” foram proibidos por funcionarem como reunião de negros para uma possível revolta, como os malês e os haitianos. Sem contar ainda a via da imposição da doutrina cristã, presente nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁴, por meio do batismo e das irmandades.

É neste contexto que surgem as primeiras apreensões de objetos do sagrado afrorreligioso⁵. Para Almeida (2017), ao estudar as casas “de dar fortuna” - que seriam as casas de costumes e expressões religiosas africanas e afro-brasileiras -, a Polícia da Corte proibiu através do Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal de 1870,

² Tanto o nome desta coleção quanto o da primeira estão grifados neste trabalho pois entende-se o quão pejorativo e racista são essas nomenclaturas. Disponível em: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/museo1.htm>

³ Como por exemplo, o Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal, que, na falta de uma lei que proibisse o exercício de costumes afrorreligiosos, enquadrava os praticantes como estelionato, roubo e demais crimes que não a prática religiosa.

⁴ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia é um documento de 1707, que versava sobre normas de liturgias católicas e normas administrativas do clero.

⁵ É necessário refletir acerca das origens e peculiaridades da intolerância religiosa no período colonial e no período imperial a fim de enxergar as persistências e rupturas que houveram do período republicano e no século XX, conseqüentemente. A doação das peças apreendidas pela Polícia da Corte, tema central de Almeida (2017), serve de base argumentativa para não só entendermos a repressão, mas também o processo de estudo sobre as culturas não-ocidentais que aqueles objetos representavam, como e porque chegaram até museus, mundo afora.

qualquer tipo de reunião de negros e negras, que pudesse ofender a moral e os bons costumes, e investiu esforços nas perseguições a qualquer tipo de ajuntamento negro. De acordo com a historiadora, o imaginário social da época fora construído de uma maneira que o medo às reuniões e revoltas negras, e conseqüentemente a essas casas, fossem extremamente eficaz para que se pudesse reprimi-las.

As batidas policiais nos espaços religiosos negros se tornavam cada vez mais constantes neste cenário. Para Sampaio (2000), os grupos que pensavam o Brasil na época - médicos, advogados, e demais intelectuais - forneceram base ideológica para que a Polícia pudesse reprimir tais espaços cada vez mais, com o argumento de os cultos ali prestados não se enquadram naquele ideal de civilização. Muitos destes espaços sagrados foram vilipendiados, seus membros foram para a delegacia e seus bens confiscados, durante as batidas policiais. Segundo Possidonio (2015), essas casas de costumes religiosos afro-brasileiros compunham o perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro e suas principais freguesias, dentro de um cenário que a geografia da cidade favorecia que tais casas fossem criadas e a mobilidade por elas ocorresse de forma natural pelos africanos e descendentes, até mesmo como estratégia para fugir das batidas.

Este contexto da perseguição às casas religiosas africanas é marcado vigorosamente pela apreensão de seus materiais. Possidonio (2015) relata que era de costume da polícia a apreensão de artefatos de rituais. O historiador reforça através de matérias de jornais, como Gazeta de Notícias e o Jornal do Commercio, as quais continham as descrições das batidas e das apreensões policiais. Os itens, durante os rituais, tinham como objetivo materializar o rearranjo⁶ das práticas religiosas africanas em território brasileiro, entretanto, por outro lado, é a partir desta materialização que se configurava a ameaça espiritual vista pela polícia. Ao classificar os objetos e os cultos

⁶ Este rearranjo deve ser visto em uma perspectiva na qual valoriza o protagonismo contundente dos africanos e seus descendentes, os quais acreditavam, por exemplo, no caso dos povos *bantu*, em um sistema de crenças e símbolos que era possível acumular sua energia vital, como o “complexo ventura-desventura” (CRAEMER, VANSINA & FOX, 1976). Tal complexo de crenças visa maximizar a ventura a todo custo, manipulando tradições, talismãs e signos, a fim de se prevenir da doença, insegurança, e demais desventuras. Ou seja, ao tomarem conhecimento dos dogmas católicos, tanto ainda em África quanto já no Brasil, os *bantu* não empreenderam sacrifícios para serem no catolicismo, apenas reinterpretam e incorporaram os elementos cristãos, rearranjando suas expressões religiosas, de modo que não foi necessário abandonar as tradições africanas. Deve-se levar em consideração que, segundo Slenes (1992), os povos *bantu* foram os que mais povoaram o Centro-Sul do Brasil.

como uma ameaça espiritual a religião oficial do Estado, e aos costumes europeus, as apreensões tinham como finalidade o sumiço das tradições religiosas afro-brasileiras, ou pelo menos de sua cultura material.

Almeida (2017) e Possidonio (2015) são exemplos de historiadores e historiadoras que abordaram as apreensões de peças utilizadas nas expressões religiosas africanas e afro-brasileiras no Rio de Janeiro. Pode-se dizer que é consenso entres estes autores que a Polícia da Corte não se atinha a confiscar estas peças e não devolver, de modo que é possível perceber que o medo da sociedade branca letrada, gerado pelas próprias apreensões, também perpassava pelos oficiais, uma vez que suas ações passavam pelo ato de deixar estas peças esquecidas nas delegacias, sem que ninguém pudesse retomá-las.

No início do século XX, a preocupação que era do Império se tornou o caos da República. A proliferação de casas de “batuques africanos” ou “de dar fortuna” a partir dos movimentos de ocupação na cidade do Rio de Janeiro gerou novas perseguições e batidas policiais. Apesar da liberdade de crença ser garantida pela Constituição de 1891⁷, o Código Penal de 1890 criminalizava as casas de expressões religiosas africanas e afro-brasileiras⁸, o que confere que, neste início do período republicano e durante a Era Vargas (1930 a 1945), as apreensões de objetos continuaram constantes, devido ao tempo que este Código vigorou. Os jornais da época, como o *Jornal do Commercio*, *Diário da Noite* e a *Gazeta de Notícias*, noticiavam as apreensões como grandes serviços a favor da moral e da ordem. O Código Penal de 1940 retirou o Espiritismo da criminalidade, deixando apenas o curandeirismo, no qual eram enquadradas a Umbanda e o Candomblé no artigo 283.

⁷ O 3º parágrafo do artigo 72 versa: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observados as disposições do direito comum.”

⁸ O artigo 157 declara: “Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.”

“BLITZKRIEG” TAMBÉM CONTRA A “MACUMBA”!

Presos 78 “cambanos”, “paes de san lo”, “donos do terrero”, e crentes — Varejados pela polícia 62 “terroros”

— Vamo arrá. Cambado, nora...
— Ancha, papa... Almoço, por...
O “terroros” era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”...

— Vamo arrá. Cambado, nora...
— Ancha, papa... Almoço, por...
O “terroros” era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”...

— Vamo arrá. Cambado, nora...
— Ancha, papa... Almoço, por...
O “terroros” era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”...

— Vamo arrá. Cambado, nora...
— Ancha, papa... Almoço, por...
O “terroros” era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”... Era a briga e o do do “canto” que “blitz” de “terroros”...

“Blitzkrieg também contra a macumba!”. Diário da Noite, 31 de Março, de 1941, p. 24, edição 04221

A Polícia Civil fundou, em 1912, o Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, diretamente ligado à Academia da Polícia. Esta instituição serviu como local de estudo e preparo para as atuações de repressão no qual era articulado um “projeto de reformulação do órgão no sentido de aproximar-se à cientificidade e salvaguardar a memória da instituição” (PEREIRA, 2017). O acervo era utilizado de maneira pedagógica (CORRÊA, 2014) para que novos soldados pudessem aprender sobre batidas policiais. Neste sentido, observa-se o caráter contraditório de uma instituição museal, uma vez que os objetos ali presentes não configuram um trânsito entre sagrado - artístico, pois possuem um tratamento distinto de museus convencionais. Ou seja, o acervo apreendido é visualizado na perspectiva do crime, e não como uma obra artística.

A partir de negociações entre o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico Cultural, hoje IPHAN) e a Polícia Civil, o material apreendido se tornou a *Coleção Magia Negra*, sendo o primeiro patrimônio etnográfico tombado pelo órgão em 1938. O primeiro catálogo diz que a coleção conta com aproximadamente duzentos artigos⁹, sendo exposta no Museu da Polícia Civil. Ao mesmo tempo em que o catálogo pode

⁹ As correspondências entre o SPHAN e a Polícia Civil, e o catálogo da coleção estão disponíveis em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&filtertype_0=title&filtertype_1=titleAlternative&filter_relational_operator_1>equals&filter_relational_operator_0>equals&filter_1=Museu+da+Pol%C3%ADcia+Civil%3A+Acervo&filter_0=Museu+da+Magia+Negra

revelar um conhecimento dos oficiais quanto aos cultos (se tratando de algumas expressões contidas na relação de imagens), os artigos sagrados apreendidos revelam a problemática que gira em torno de sua circulação, a partir das tensões em torno da repressão por intolerância religiosa pelo Estado. E configuram, ainda, um silenciamento da ameaça espiritual. Penso que este tombamento é articulado com a finalidade de dar legitimidade às duas instituições: à Polícia Civil com a propriedade de um acervo riquíssimo, ainda que sob a perspectiva do crime; e ao SPHAN que acabara de ser criado e necessitava de um primeiro tombamento para dar prosseguimento a suas funções¹⁰.

Breve relato etnográfico do processo de restituição

O prédio do museu – cujo futuramente funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) - sofreu com incêndios, sumiços de peças e abandonos. Assim, juntamente com a apreensão de novos itens, a coleção foi bastante alterada, sobretudo em sua manutenção. Entre os anos de 1960 e 1970, algumas lideranças afroreligiosas começaram a se movimentar a fim de pedir a liberação das peças. As diversas negativas da Polícia Civil frustraram essas primeiras iniciativas. Já nos 2000, a partir de avanços da Comissão Estadual da Verdade junto a aproximações entre aquelas lideranças e forças político-partidárias, um novo movimento teve origem, mais tarde sendo chamado Campanha Liberte Nosso Sagrado.

Ao acompanhar inúmeros encontros da campanha, surgiu a necessidade de analisá-los a partir de uma reflexão etnográfica. É válido afirmar, no entanto, que este trabalho também possui uma preocupação teórico-metodológica que faz morada na História Pública. Neste campo há notabilidade para os interlocutores da pesquisa quando Frisch (2016) afirma que, ao confrontarem as bases das culturas nacionais, as comunidades identitárias construíram um valor na História Pública. Por assim dizer, o grupo que pede a restituição das peças tem se colocado neste sentido: em favor da memória do povo negro de terreiro, duramente marginalizado e perseguido durante a história do Brasil. Destaco três momentos como essenciais para o presente trabalho: O

¹⁰ Ver REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

acordo com a direção do Museu da República; a liberação da Polícia Civil; e a reunião com o Ministério Público Federal.

Com o objetivo de agregar o debate técnico, no que se refere à museologia, a campanha deu início a articulações com alguns museus que pudessem receber as peças e ajudar na luta. Instituições como o Museu Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu do Ingá e o Museu da República foram acionadas com esta finalidade. Esta última instituição lançou um olhar especial para a situação. O seu corpo de direção percebeu uma grande oportunidade de reparação histórica, uma vez que a coleção em questão foi justamente apreendida no início do período republicano, e o prédio que hoje é endereço do museu foi residência de Getúlio Vargas, então presidente à época do tombamento da coleção. O compromisso do Museu da República em reparar as lideranças afroreligiosas, fornecer o tratamento museológico adequado e ainda permitir que o tratamento religioso tivesse vez neste processo foram cruciais para se chegar a uma resolução acerca do que será feito após o aceite da Polícia.

O segundo momento de grande importância é a reunião entre a campanha e a Polícia Civil. Nesta tensa reunião, o chefe de gabinete da Polícia sinalizou, com muito custo, ser favorável a liberação das peças e aceitou o pedido das lideranças. Entretanto, este foi um encontro em que foi possível notar metáforas de relações coloniais. A princípio, houve uma preocupação da instituição em perder a sua primeira coleção tombada, conferindo um possível esvaziamento de seu acervo. Por conta desta constatação, o chefe da Polícia propôs uma exposição em conjunto. Para a campanha, esta proposta não era o suficiente, e então, após discursos acerca da má condição das peças no museu e sobre a necessidade de reparação histórica, foi apresentado um abaixo-assinado com uma grande adesão de pais e mães de santo de diferentes pontos do estado do Rio de Janeiro. Um fato curioso, mas que explica bastante sobre a atuação da Polícia frente à situação desta coleção, é o delegado não aceitar o documento das mãos de uma das lideranças da campanha, pedindo para que fosse deixado na mesa. O racismo e, conseqüentemente, o medo ficaram explícitos naquele momento. Por fim, após ouvir sobre o acordo com o Museu da República, o delegado aceitou liberar as peças, a partir de um grupo de trabalho junto ao Ministério Público Federal e o IPHAN.

O terceiro momento é a reunião de resolução com o Ministério Público Federal (MPF). O procurador informou sobre uma nova vistoria feita pelo IPHAN que catalogou 158 peças na coleção e que determinou que o Museu da Polícia Civil não possui condições técnicas para abrigar os objetos. Por último, informou que a logística da transferência está em processo de análise, pois o ato de tirar da propriedade da Polícia é um passo muito delicado. O sentimento dos presentes nesta reunião era de alívio por perceberem que, ainda que com muita dificuldade, a situação estava se encaminhando para uma resolução favorável a restituição dos objetos e reparação histórica.

Após detalhar este breve relato etnográfico, creio ser válido ressaltar questões teóricas que surgem a partir de algumas falas e de alguns fatos relevantes deste processo. Como já mencionado, a História Pública tem sido um caminho que este trabalho tem percorrido, uma vez que as discussões sobre intolerância religiosa se encontram em um momento de grande efervescência em arenas públicas, e, deste modo, a construção da narrativa da reparação tem sido criada de maneira compartilhada com os interlocutores da pesquisa. Para além de uma perspectiva interdisciplinar - em que a Antropologia, a Arqueologia e a Museologia já trouxeram à luz novos olhares para o estudos da cultura material -, outro auxílio utilizado é a vinculação entre a História Pública e as teorias pós-coloniais a fim de se pensar novas perspectivas para os estudos sobre museus e locais de memória. Vale ressaltar que considero discursos de diretores de museus africanos como pós-coloniais, se pensarmos suas iniciativas referente aos patrimônios africanos. Para tanto, ao explicar o caso de restituição de objetos sagrados entre Benin e França, quero desdobrar esses campos.

Justificativas teóricas e outros cenários

Um questionamento que suscita no campo teórico e baseia a formulação da relação que venho a desdobrar é como se dá o tratamento de objetos do sagrado afrorreligioso em museus brasileiros. No caso desta pesquisa, a pergunta é: Em que sentido se dá o tratamento dado pelo Museu da Polícia Civil à *Coleção Magia Negra*? Para começar a elucidar essa questão, trago a visão de Samuel Sidibé, diretor do Museu Nacional do Mali, que durante o I Encontro Afro-Atlântico na Perspectiva dos

Museus¹¹, realizado no Museu Afro Brasil, em São Paulo, em 2014, discursou que o conceito de arte e o conceito de museu são emanções ocidentais e que, portanto, não contempla o que é produzido em África. Para Chaves (2011), ao estudar como os artigos africanos estão sendo apresentados nos museus brasileiros, os estudos da cultura material africana enfrenta dificuldades, pois grandes partes das coleções se encontram em museus europeus ou nos Estados Unidos, e sendo trabalhados em perspectivas que não se respeite seus contextos particulares.

A origem do Museu da Polícia Civil se dá partir de um desejo por uma atualização nos estudos da polícia sobre as abordagens a terreiros, e assim montar uma espécie de gabinete de curiosidades¹², caracterizando uma espécie de *museologização do crime*, quando se observa o estado da coleção (CORRÊA, 2014). Isto é, não havia o interesse de que ali fossem trabalhadas as memórias daqueles objetos, e sim que fosse um espaço de guarda e coleta daquilo que foi recolhido nas ações policiais. Deste modo, o tratamento dado à *Coleção Magia Negra* confere um esvaziamento de uma noção cívico-patriótica em que os museus são espaços de exercício da memória da cultura nacional, juntamente com diversos espaços públicos, como monumentos, arquivos e bibliotecas (ORÍÁ, 2018). Se estes espaços detêm a função de publicizar uma determinada visão de uma história única, a imagem das religiões afro-brasileiras divulgada a partir do Museu da Polícia Civil é a de marginalização dentro da cultura nacional. Se for crime, devem ser apreendidas, silenciadas e não fazem parte do patrimônio cultural.

Segundo Almeida e Rovai (2013), a História Pública tem como um de seus principais desafios o aprofundamento nos estudos sobre patrimônio e possui certa responsabilidade sobre a memória social e coletiva. Ou seja, a partir de “inúmeras articulações visuais, verbais, sonoras e textuais” podem, além de divulgar novos conhecimentos, democratizar o processo produtivo. Creio este ser um processo árduo, haja vista que estamos tratando de museus convencionais no caso da *Coleção Magia Negra*. Não é de hoje que o silenciamento de objetos sagrados em museus tem sido

¹¹ Este evento teve como objetivo aprofundar o debate e refletir sobre as artes africanas em museus nacionais e internacionais. Todas as conferências do encontro foram filmadas e estão disponíveis em: http://www.forumpermanente.org/event_pres/encontros/i-encontro-afro-atlantico/video/samuel-sidibe-1

¹² BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museu: sobre tradição e rompimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, volume 28, 1996.

debatido. No documentário “As Estátuas Também Morrem” foi denunciado como são tratadas as peças saqueadas durante o colonialismo. Encomendado pela revista *Presença Africana* e produzido por Alain Resnais e Chris Marker, o documentário de 1953 aborda a musealização da arte africana, e como os museus europeus foram capazes de matar objetos africanos ao os aprisionar enquanto peças de arte. Ou seja, é evocado como o trânsito entre sagrado e artístico foi forjado durante os saques do colonialismo e no processo de alocação em museus, e como esse trânsito aniquila os primeiros usos daquele objeto para se tornar uma peça de arte, sem respeitar seu contexto original. A problemática que surge como consequência deste processo é a tentativa de enquadramento destas peças em um tipo de rigor técnico calçado na colonialidade. Uma vez que não se encaixa nos padrões estéticos ocidentais, a peça é, geralmente, visualizada como exótica.

Nos últimos dois anos tem se intensificado os pedidos por restituição de objetos saqueados pelo colonialismo. Países como Benin, Angola, Nigéria e Senegal se movimentaram para pedir junto a governos europeus a devolução de suas peças. Destaco o caso do Benin por se tratar do país que mais protocolou pedidos á França e, recentemente, obteve confirmação do governo francês. Após a recusa em 2016, o presidente francês discursou em Ouagadougou, capital do Burkina Faso, e se mostrou favorável a devolução de patrimônios africanos. Logo, encomendou um relatório a dois pesquisadores, o economista Felwine Sarr e a historiadora Bénédicte Savoy, para verificar a situação de todos os objetos que estão no Museu do Quai Branly e criar as condições adequadas para a restituição. Apesar de o relatório mostrar as ambigüidades e contradições do processo, se trata de um documento potente, pois problematiza as categorias utilizadas pelo presidente francês - restituição, translocação, repatriação, guarda compartilhada e etc. -, problematiza as novas redes semânticas que este objetos foram submetidos a partir de uma verdadeira diáspora, as formas de espoliação, estabelece critérios para a restituição.

É bem verdade que o Benin já se esforça há anos ao concentrar investimentos em estudos sobre não somente o patrimônio beninense bem como de outros países africanos. A criação da Escola de Patrimônio Africano (EPA), no ano de 1998, diz muito sobre isso. A partir de iniciativas de grandes instituições museológicas, no caso o

ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Conservação e Restauro dos Bens Culturais), algumas medidas e programas foram adotados mediante a situação catastrófica dos museus em África. É neste ensejo que, junto da Universidade Nacional do Benin, é criada a EPA, servindo ao desenvolvimento sócio-cultural do país ao ser uma instituição museal e um centro de pesquisa e formação.

Fundador e um dos primeiros diretores da EPA, Alain Godonou explicou recentemente em entrevista¹³ que os africanos mudaram sua consciência sobre as coleções de objetos que estão espalhadas, principalmente, pela Europa através de muita pesquisa e estudo. Para ele, é como se os africanos tivessem perdido sua memória. Essa relação direta do patrimônio com a memória perdida vem ganhando destaque nos debates sobre descolonização de museus, ou museus pós-coloniais. Ogbechie (2014), ao estudar os cenários dos museus nigerianos, versa que é preciso construir museus em África que possam estudar as formas de produções artísticas que foram criadas durante e depois do colonialismo, e que, a partir da informática cultural - o advento de novas tecnologias que auxiliem no gerenciamento do patrimônio cultural africano em seu devido contexto - possam construir uma ponte para as memórias sociais e coletivas africanas. Ao traçar estratégias para estruturar a coleção africana do Museu Afro-brasileiro de Salvador, Salum (1997) aponta que é necessário que uma coleção de arte africana, ou afro-brasileira, não seja tratada como uma cultura material genérica, esta deve ter os apanágios necessários para sua legitimidade enquanto um projeto de acervo que tenha sua significância. No caso deste museu em específico, trata-se de um espaço fundamental tanto na questão da construção de uma identidade afro-baiana, quanto na sua diferenciação em relação aos museus coloniais, pois é percebida e legitimada uma relação de semelhança entre as realidades brasileira e africana(s).

Para Bidault (2013), as peças africanas começaram a ser percebidos de uma forma diferente na França por volta do início do século XX, quando diversos intelectuais passaram a enxergá-los enquanto bens artísticos. Controverso ou não, os

¹³Disponível em https://www.justiceinfo.net/fr/les-debats-justiceinfo/grands-entretiens/40574-alain-godonou-il-faut-une-convention-internationale-pour-restituer-art-africain.html?fbclid=IwAR37v7-Jkanzj05b3MfQss4c7SmJ1B_w9JAYgRg1sUI5shh-2udaH-OZ3Bw&utm_source=MEMOIRS+newsletter&utm_campaign=de78392cc7-EMAIL_CAMPAIGN_2018_05_05_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_133cce6c57-de78392cc7-110025947

itens africanos eram influência para novas obras de arte, e sempre vistos a partir de um padrão estético diferente das obras francesas. Mas ao que parece, a classe artística e a classe dos etnógrafos observou a necessidade de compreender a extensão total das materialidades da arte africana. A criação da revista Documento, tema do artigo de Bidault, se dá nesse tom: publicar acerca das culturas materiais, mas em especial os artigos africanos, para contribuir com a ciência da etnografia, sem que o debate das artes e da estética ficasse de fora, a partir de uma multiplicidade de discursos sobre a África.

Por outro lado, segundo Wozny e Cassin (2014) é impossível a África almejar uma renovação em seus museus e produzir novas perspectivas acerca da cultura material, e não só, sem olhar para os museus coloniais. Se o legado colonial persiste em muitas das instituições, passa a ser necessário refletir a quem servem os museus dessa herança em África e na Europa, haja vista que os impactos lucrativos se dão mesmo é fora da África. Tem sido o maior desafio dos museus voltar seus olhos mais para a África, até mesmo de forma humanitária do que para outros lugares e outras funções. Sob outra perspectiva, há também alguns projetos que valem a pena serem compartilhados, frutos de cooperação entre algumas instituições de pesquisa que se unem a fim de disseminar conhecimento, encorajando arqueologia e outras ciências pela África. As autoras abordam também como a diferença entre as colonizações inglesa e francesa reverberou na criação de museus. No caso da primeira, os africanos “confiaram” aos britânicos sua cultura material, já no caso da colonização francesa, adotou-se uma política de preservação do patrimônio material.

Considerações finais

Este artigo, resultante da comunicação do 30º Simpósio Nacional de História, condensou as primeiras leituras da pesquisa do mestrado junto aos debates que compuseram o evento. De todo modo, ficam questões a serem analisadas e aprofundadas futuramente. É possível descolonizar museus ou construir museus que não reproduzam metáforas coloniais?

Retomando o discurso de Samuel Sidibé, falta aos museus uma aproximação com aqueles que produzem as peças. O distanciamento encarece apenas o discurso acadêmico e mantém intacta a colonialidade dos museus. As metáforas das relações

coloniais presentes nestes casos de restituição se dão, sobretudo, a partir da privação que os museus fazem com aqueles caracterizados como principais herdeiros destes patrimônios. A atuação da Polícia Civil de abandonar as peças e não liberá-las durante décadas configura àqueles que lutam pela restituição como não pertencentes da história, não detentores de uma leitura rasa da cultura brasileira. Com a restituição, as lideranças de cultos afro-brasileiros pensam ser possível reconstruir sua memória junto ao corpo técnico do Museu da República. O tratamento religioso junto ao tratamento técnico tem sido debatido justamente por alguns integrantes da campanha acharem que há peças da coleção que não estão, de fato, mortas. E que também não serão mortas indo a um espaço que as valorize, e que construa uma publicização da memória da Umbanda e do Candomblé cariocas. Uma nova instituição museal que justifica seu caráter enquanto um espaço público e que trabalha a construção de uma narrativa com esse público contempla muito do que vemos na História Pública.

No caso do Benin, Alain Godonou pediu, na mesma entrevista citada anteriormente, uma grande conferência envolvendo os países africanos interessados nos retornos de seus objetos. Penso que a publicização do debate acerca de que tipo de restituição e que tipo de museus podem abrigar estas coleções é fundamental no protagonismo desses países. O Palácio de Abomey foi o local escolhido para abrigar as peças, porém, apesar da confirmação da UNESCO, o governo beninense iniciou um processo de construção de outras instalações no mesmo espaço. Creio ser fundamental que as peças roubadas pela França voltem a um sítio tão importante para o Reino do Daomé.

Referências bibliográficas

AGOSTINI, Camila. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. In: *Revista Topoi*, v. 10, nº 18, jan-jun, 2009, p. 39-47.

ALMEIDA, Carolina Cabral R. *Da Polícia ao Museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão*. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ALMEIDA, Juniele Rabelo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

BIDAULT, Coline. La présentation des objets africains dans Documents (1929/1930), magazine illustré. In: *Les Cahiers de l'École du Louvre*, nº3, cahiers 3. Paris: 2013. Disponível em: <http://cel.revues.org/500>

BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museu: sobre tradição e rompimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, volume 28, 1996.

CÉSAIRE, Aimé. Cultura e Colonização. In: *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). Lisboa: Edições 70, 2011.

CHAVES, Mara Rodrigues. Arqueologia Africana: Memória e patrimônio nos acervos brasileiros. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11, 2011.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção Museu de Magia Negra no Rio de Janeiro: O primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. In *Revista MNEME*, V. 07. N. 18, out./nov. de 2005.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Um museu mefistofélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico no Brasil. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 33-51, mai. 2014.

COUCEIRO, Luiz Alberto Alves. *Magia e Feitiçaria no Império do Brasil: o poder da crença no Sudeste e em Salvador*. 2008. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Cultural). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice versa. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele

Rabêlo e SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GILROY, Paul. Jóias trazidas da servidão: música negra e a política da autenticidade. In: *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos Objetos: Coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Coleção Museu, Memória e Cidadania. 2007.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando o limite. In: SOVIK, Liv (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p.101-128.

OGBECHIE, Sylvester Okwunodu. O Museu Africano Pós-Colonial na Era da Informática Cultural. In: III Seminário Serviços de Informação em Museus. São Paulo, 2014. Anais do III Seminário Serviços de Informação em Museus. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo e Sesc São Paulo, 2014.

ORIÁ, Ricardo. História Pública e Monumentos: A narrativa visual do passado nacional. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo. MENESES, Sônia (org.). *História Pública em debate: Patrimônio, Educação e Mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018

ORO, Ari Pedro. “Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil”. In: *Ciência e Letras*. Porto Alegre, n. 37, pp. 433-447, jan; jun, 2005.

PEREIRA, Pamela de Oliveira. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro brasileiros sob a guarda do museu da polícia: da repressão à repatriação*. (Dissertação de Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

REIS. João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. In *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 7-33.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

RIBEIRO, António Pinto. “Podemos Descolonizar os Museus?” In *Geometrias da Memória: Configurações Pós-Coloniais*. RIBEIRO, António Sousa. RIBEIRO, Margarida Calafate. 95-111. Porto: Edições Afrontamento, 2016

POSSIDONIO, Eduardo. *Entre ngangas e manipansos: A religiosidade centro-africana nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro de fins do Oitocentos (1870-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2015.

SALUM, Marta Heloisa Leuba. Critérios para o tratamento museológico de peças africanas em coleções: Uma proposta de museologia aplicada (documentação e exposição) para o Museu Afro-Brasileiro. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 7: 71-86, 1997.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Jucá Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História/IFCH/UNICAMP, maio/2000.

SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos; LIMA, Rachel Corrêa. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

WOZNY, Danièle; CASSIN, Barbara. Musée, muséum. In: *Les intraduisibles du patrimoine en Afrique subsaharienne*. Paris: Demopolis, 2014. Disponível em: <http://books.openedition.org/demopolis/529>